



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0005408-15.2022.6.05.8000
INTERESSADO : RILSON BARROS DE ALMEIDA
ASSUNTO : Pregão nº 48/2022. Recursos.

PARECER nº 150 / 2022 - PRE/DG/ASJURI

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos os recursos interpostos pelas empresas EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI e MÓDULO SECURITY SOLUTIONS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (doc. nº 2077260, fls. 3/8 e 9/14), contra a decisão do Pregoeiro que, no Pregão nº 48/2022, declarou vencedora a empresa MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.

2. Alegam as Recorrentes, em síntese e de modo semelhante, que a proposta da empresa ora declarada vencedora é inexecutável e que, no quesito *qualificação técnica*, não foi apresentada declaração relativa à equipe profissional, e ainda, que os atestados de capacidade técnica não atendem às condições do edital.

2.1. A licitante EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI afirma, de modo particular, que a MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA não apresentou, no certame, o contrato social, de modo a cumprir a condição imposta para *habilitação jurídica* (condição 4.1.3, alínea "b").

2.2. As Recorrentes, no intuito de obter acolhimento para as peças recursais e, conseqüentemente, ver alterada a decisão que classificou e habilitou a empresa MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, trazem, dentre outras informações, posicionamentos doutrinários e decisões do TCU, acerca dos temas.

3. Julgando desnecessário fazer integral reprodução das razões das empresas, cumpre alguns destaques, como veremos a seguir.

3.1. Ao tratar do suposto desatendimento à habilitação jurídica, que teria consistido na não apresentação de contrato social, a empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI assevera:

"Conseqüentemente, para fim de habilitação jurídica em certame licitatório, é obrigatória a apresentação do contrato social. Como demonstrado, em nenhum momento se fala da possibilidade de não apresentação de documentação exigida em edital, ou seja, ao não apresentar a documentação requisitada, a licitante não infringiu somente os itens do edital, mas também princípios basilares que norteiam o presente certame, bem como o princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório, que determina os ditames licitatórios que as partes interessadas devem seguir.

Coadunado ao princípio da "vinculação ao instrumento convocatório", que determina os ditames licitatórios que as partes interessadas devem seguir, temos o princípio do procedimento formal, que determina que a administração siga as regras por ela próprias estipuladas no instrumento que convoca e rege a licitação".

3.1.1. No que se refere ao preço alegadamente inexecutável, aduz:

"Salientamos que o valor estimado do presente certame é de R\$ 355.256,67 (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Contudo, o valor apresentado pela licitante, qual seja, de R\$

99.199,99 (noventa e nove mil e cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), é 72,1% abaixo do valor estimado.

Isto é, o valor apresentado pela licitante não é suficiente para arcar com os custos de um projeto tão relevante e desafiador, vez que o próprio objeto da presente licitação demonstra a necessidade de contratação de empresa especializada, já que são serviços de “Serviços de consultoria em segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para implantação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação e Privacidade (SGSI/SGPI) no TRE-BA, em conformidade com as normas ISO 27.001:2013 e 27.701:2019”. É indiscutível que para a execução do objeto do presente certame se faz necessário contratar empresa que consiga demonstrar categoricamente o cumprimento com todos os requisitos do edital para que essa cumpra com exatidão, qualidade e qualificação técnica com os objetivos do certame”.

3.1.2. Para os atestados de capacidade técnica, afirma: *"Os referidos documentos não comprovam expertise e qualificação em técnica quanto ao seguinte requisito do edital: "comprovando a experiência e qualidade na implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI) em conformidade com a norma ISO 27.701 e estabelecimento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão em Segurança da Informação em conformidade com a norma ISO 27.001", uma vez que nenhum documento trata quanto a tais pontos. Em razão disso, não devem ser levados em consideração para fins de aferição de qualificação técnica".* Ato contínuo, segue com análise individual de cada atestado apresentado pela MIDNAL.

3.1.3. Ao final, pugna pela realização de diligências, com as seguintes finalidades: comprovação da exequibilidade da proposta; e comprovação do *"escopo, vigência dos serviços ofertados, assim como a autenticidade dos atestados mediante apresentação dos contratos e notas fiscais"*.

3.2. Quanto à empresa MÓDULO SECURITY SOLUTIONS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, além de argumentos que, em, verdade, se equivalem ao quanto transcrito acima, afirma, no que diz respeito à *declaração da equipe técnica* da vencedora:

"O item 6.1.1 do Edital determina, de forma acertada e em acordo à legislação, que ao menos DECLARAÇÃO sobre a equipe técnica qualificada, certificada por entidades internacionais e com atuação em projetos, fosse apresentada. Simplesmente tal comando editalício foi SUMARIAMENTE IGNORADO. Por respeito aos ditames do instrumento convocatório, mais um fato que motiva a inabilitação da licitante. Não há que se confundir, aqui, entre os atestados referentes à experiência da recorrida, com aqueles voltados a demonstrar a prévia experiência da equipe técnica. Desse modo, ainda que tenham sido apresentados atestados em nome da empresa, não há qualquer documento que cumpra as exigências no tocante à declaração sobre sua equipe técnica".

3.2.1. Entende, tal qual a outra recorrente, que diligências deveriam ser empreendidas com o propósito de confirmar a exequibilidade do preço ofertado pela MIDNAL, bem assim para *"esclarecer que o conteúdo da documentação da recorrida condiz com o que foi determinado pelas regras do Edital"*, isto no tocante ao quesito qualificação técnica.

4. Em sede de contrarrazões, a empresa MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA, afirma, de início, ter-se consagrada vencedora *"por ordem de menor preço ofertado e por ter cumprido com as disposições do Edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2022, nesse contexto, frise-se: foi declarada vencedora com o valor global de R\$ 99.199,99 (noventa e nove mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)"* (doc. nº 2082686).

4.1. Enfrentando mais objetivamente as peças recursais, confirma ter *"condições de manter a execução do contrato com os preços oferecidos"*, considerando, ainda, que estes são *"perfeitamente adequados e exequíveis, além de que foram diligenciados e aprovados, compatibilizando-se com os custos da prestação do serviço e o volume do objeto a ser contratado, conforme estimados no ato convocatório"*.

4.2. Quanto aos atestados de capacidade técnica, assevera que: *"Todos os atestados apresentados atendem na íntegra ao edital, na medida em que referem-se a serviços compatíveis com o objeto do edital, comprova a prestação de serviços de forma satisfatória, sendo os atestados referentes aos serviços prestados na âmbito da atividade econômica da MIDNAL INOVAÇÃO E GESTÃO o qual foram expedidos em acordo com os contratos, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto os que foram firmados para ser executados em prazo inferior; portanto não há óbice alguma na aceitação dos mesmos"*.

4.2.1. De relação a alegada necessidade de apresentação de outros documentos, a fim de conferir veracidade ao conteúdo dos atestados, aduz: *"Cumpra esclarecer que o argumento da empresa EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI é meramente falacioso e não deve prosperar, pois não impõe a necessidade de envio dos documentos CONCOMITANTEMENTE, trata-se de DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, portanto, que somente se revela exigível caso necessário corroborar a veracidade dos atestados"*.

4.3. Para a razão que versa sobre sua habilitação jurídica, informa que o *"contrato social, identidade do sócio da empresa dentre outros documentos básicos estão cadastrados no comprasgov"*.

5. O Pregoeiro, por seu turno, requereu a oitiva da unidade demandante, vez que, previamente à habilitação, a área manifestou-se de modo favorável à aceitação dos atestados trazidos pela MIDNAL (doc. nº 2083095).

6. Assim feito, no doc. nº 2091555, a unidade sustenta a correta habilitação da empresa MIDNAL, fazendo circunstanciada análise, que merece reprodução:

"Alega a recorrente EVERY TI, no item 5.1 (documento nº 2077260), que a licitante vencedora apresentou documentos habilitatórios em desconformidade com as exigências do Edital em seu item 6.1.1:

"6.1.1. A licitante deverá declarar que possui qualificação e experiência comprovada em consultoria objeto da presente contratação, além de equipe técnica qualificada, certificada por entidades internacionais e com atuação em projetos de natureza similar".

Em que pese não constar no rol dos documentos comprobatórios apresentados pela licitante vencedora a referida declaração, s.m.j, não vislumbramos motivo para inabilitação da licitante, desde que o documento seja apresentado e anexado ao devido processo.

Quanto ao item 5.2, a recorrente argumenta que a licitante MIDNAL apresentou atestados de capacidade técnica em desalinho ao quanto exigido no edital nos itens 6.1.5 e 6.1.6:

(...)

Conforme disposição da Lei de Licitações, abaixo transcrita, a qualificação técnica deve ser analisada de modo a não restringir a participação de qualquer interessado no certame, desde que comprovado o atendimento ao objeto editalício.

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 5o É VEDADA a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão COM LIMITAÇÕES DE TEMPO OU DE ÉPOCA ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO." (GRIFEI).

Partindo desse princípio, verifica-se que tomando como base o certificado apresentado pela empresa R30 REGISTRO ELETRÔNICO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA., de fato, o mesmo atende aos requisitos do Edital, senão vejamos:

O atestado contempla (página 14 do doc. nº 2070322, item 1 – Objeto(s)) o serviço de implementação da norma ISO 27001.

"1. Implementação e capacitação relativa à normas ISO 27001 (Segurança da Informação);"

, abrangendo, ainda, os seguintes serviços:

"1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS:

1.1. Apoio consultivo de implantação/adequação, auditoria interna, acompanhamento de auditoria externa, análise e proposição de controles e

repassa de conhecimento e treinamento correlatos as seguintes normas ISO:

- a) *ISO 27001 –Segurança da Informação;*
- b) *Definição de todos os controles da norma; e*
- c) *Apoio com responsabilidades contínuas de Security Officer."*

Note-se que a MIDNAL participou no processo de implementação e capacitação relativa à norma ISO 27001, bem como acompanhou a auditoria externa, requisito para a certificação ISO, restando comprovada sua qualificação para tanto, inclusive atendendo ao requisito de melhoria contínua (apoio com responsabilidades contínuas de *Security Officer* e operação continuada de *Compliance Officer* e todas as suas iniciativas e responsabilidades correlatas, afastando a alegação da recorrente quanto ao não-alinhamento ao Edital.

Da mesma forma, o atestado apresentado pela TRIX HD ADMINISTRAÇÃO SISTEMAS E SUPORTE LTDA (TELIX) é explícito ao mencionar que foram prestados serviços de consultoria continuada por 12 meses, além de mencionar no seu objeto a implantação de controles LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), ISO 27701 (Proteção de dados) e controles e padrões ISO 27001 (Segurança da Informação).

Com relação à norma ISO 27701, relativo ao item 6.1.6 do edital, o atestado do INSTITUTO DE APRENDIZAGEM NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA (GALOIS) comprovou a capacitação da licitante MIDNAL através da implantação dos controles LGPD/ISO 27701, além de apoio à estruturação do *Data Protection Officer* daquela empresa, com fornecimento de canal de proteção de dados independente e avaliação de diagnóstico de Segurança da Informação e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), que são justamente o objeto para implantação daquele normativo, em atendimento às melhores práticas preconizadas por modelos de referência (ITIL, COBIT, PMBOK, etc.).

Na mesma linha de raciocínio, entendo que, ante à inexistência de novos fatos que comprovem inequivocamente os argumentos alegados (além dos já expostos no recurso da EVERY TI), o recurso apresentado pela licitante MÓDULO SECURITY SOLUTIONS **também não procede**.

Neste contexto, manifesto-me pelo atendimento dos itens relativos à Qualificação Técnica, 6.1.5 e 6.1.6 do edital, uma vez que foi comprovada a experiência e qualidade na implementação e manutenção e melhoria contínua tanto do SGSI (ISO 27001) quanto do SGPI (ISO 27701).

Por fim, ressalto que a análise foi feita exclusivamente com relação aos aspectos técnicos dos atestados apresentados, não abrangendo os demais itens levantados (tais como habilitação jurídica e inexistência da proposta)."

7. A par de tal manifestação, o Pregoeiro, mediante doc. nº2099133, manifesta-se pelo não acolhimento dos Recursos, entendendo que os argumentos de ambas as empresas "*carecem de comprovação*", bem como "*não encontram sustentáculo na Lei nº 8.666/93, tampouco no instrumento convocatório, que sejam capazes de reverter a habilitação da empresa vencedora do item em apreço*". Afirma ainda, no que tange à habilitação jurídica, que "*as alegações da recorrente não tem fundamento uma vez que a documentação exigida no item 11.1.3 alínea b foi atendida pelo SICAF. (doc 2070322 pá 5)*".

É o breve Relatório.

8. De fato, o edital do Pregão nº 48/2022 (doc. nº 2030706), traz, na SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO:

"11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(...)

11.1.7. Qualificação técnica:

a) A licitante deverá declarar que possui qualificação e experiência comprovada em consultoria objeto da presente contratação, além de equipe técnica qualificada, certificada por entidades internacionais e com atuação em projetos de natureza similar.

b) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando a experiência e qualidade no estabelecimento, implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão em Segurança da Informação em conformidade com a norma ISO 27.001 ou atualização posterior.

c) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a experiência e qualidade na implementação, manutenção e melhoria contínua de um Sistema de Gestão de Privacidade da Informação (SGPI) em conformidade com a norma ISO 27.701 ou atualização posterior."

8.1. Logo após, indica:

"11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019". (**grifos originais**)

9. Nesta linha, assiste razão ao Pregoeiro, quando, abordando um dos questionamentos da Recorrente EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI, assegura que a documentação exigida na condição 11.1.3, "b", do ato convocatório, é substituída pela consulta ao SICAF.

9.1. Decerto, no referido sistema de cadastramento dos fornecedores, os atos constitutivos das empresas estão disponibilizados e são usualmente consultados durante os certames. Sendo assim, nos termos da regra editalícia acima reproduzida (**condição 11.2**), dispensa-se a apresentação pelas concorrentes. *In casu*, acertadamente, dispensou-se a apresentação do contrato social da empresa ofertante da melhor proposta.

10. As razões que versam sobre ausência da declaração referida na condição 11.1.7, "a", de igual modo, não merecem prosperar.

10.1. É fato, tal qual afirmado pela licitante EVERY, que às licitações se aplicam os princípios da "vinculação ao instrumento convocatório" e do "procedimento formal". Todavia, cada vez mais, a estes princípios se sobrepõe o princípio do formalismo moderado, sobretudo para que, ao final, seja assegurada a contratação mais vantajosa para a Administração, *in casu*, a de menor preço. Nesta linha, o Decreto nº 10024/19, regulamentador do pregão eletrônico, que reza:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

(...)

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

(grifo aditado)

10.2. O TCU tem caminhado no mesmo sentido. Isso se vê, por exemplo, no Acórdão nº 1.211/2021 - Plenário, quando se concluiu *"que a vedação disposta no art. 43, §3º da Lei 8.666/93 – e que se repete no art. 64 da Nova Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 14.133/2021 – não alcança documento não entregue, porém preexistente e passível de comprovar o atendimento de condição pelo licitante, mas que, por equívoco ou falha, não foi apresentado juntamente com a proposta, devendo inclusive, este documento, ser solicitado e devidamente avaliado pelo pregoeiro"*.

10.3 Tal entendimento se reiterou no Acórdão 11.211/2021 - Primeira Câmara, merecendo destacar : *"1.7.2. dar ciência ao Inmetro, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que a desclassificação de propostas que apresentem erros formais, a exemplo de custo unitário contendo salário de categoria profissional inferior ao piso estabelecido em normativo negociado, sem que seja dada antes oportunidade ao licitante de retificar o erro, contraria o princípio do formalismo moderado e a supremacia do interesse público que permeiam os processos licitatórios."*

10.4. Assim posto, em um julgamento pautado no formalismo moderado não poderia ser desclassificada a proposta mais vantajosa apenas pela ausência de prévio envio de mera declaração acerca da equipe profissional da licitante. Isto é nitidamente possível de se resolver mediante posterior juntada, bastando, para tanto, uma simples diligência, sem que implique em ferimento à lisura do procedimento; não temos a menor dúvida.

11. Para a aventada inexecutabilidade do preço, cumpre lembrar que não há critério objetivamente definido na Lei nº 8.666/93 a fim de bem caracterizar tal situação. Não por outra razão, para o TCU *"a desclassificação por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada"*. Afirma a Corte de Contas, inclusive, que *"a proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexecutabilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa"* (Acórdão nº 3092/2014-Plenário).

11.1. Nesta linha de raciocínio, julgamos que, na presente situação, não há elementos que possam sugerir a inexecutabilidade da proposta da licitante vencedora. Aliás, no certame, embora o preço máximo tenha sido fixado em R\$ 355.256,67 (trezentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos), outras propostas apresentam valores relativamente próximos da oferta da MIDNAL, a saber: R\$ 142.000,0000 (cento e quarenta e dois mil), R\$ 148.887,0000 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais), conforme se registra na respectiva Ata (doc. nº 2069698, fls. 4)

12. No que tange aos atestados de capacidade técnica, uma vez analisada e certificada pela unidade demandante a conformidade da documentação apresentada pela empresa vencedora, de modo a atender às condições editalícias (condição 11.1.7, "b" e "c"), pouco temos a considerar. Não obstante, afirmamos que a apresentação de documentos complementares, em sede de diligências, é mais comum em casos de eventual dúvida acerca da veracidade das informações, o que não se aplica ao presente caso.

12.1. Ademais, as mensagens trocadas entre o Pregoeiro e a unidade demandante (doc. nº 2070322, fls. 53/55) revelam o zelo no exame dos atestados, a fim de não restarem dúvidas, antes de ser proferida a decisão que habilitou a empresa ofertante do menor preço.

13. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento dos Recursos impetrados pelas empresas EVERY TI TECNOLOGIA & INOVAÇÃO EIRELI e MÓDULO SECURITY SOLUTIONS – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (doc. nº 2077260, fls. 3/8 e 9/14), mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora, no Pregão nº 48/2022, a empresa MIDNAL SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 17/09/2022, às 13:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2100262** e o código CRC **38601A65**.



0005408-15.2022.6.05.8000

2100262v34